



Antonio Rueda ao lado de Márcio Canella

Prisão de Canella colou em risco eleição de Antônio Rueda

A liberação de Márcio Canella da prisão no último sábado, 11, pelo ministro Alexandre Moraes, arrancou suspiros de alívio do presidente nacional do União Brasil, Antônio Rueda. Não apenas pela solidariedade ao correligionário, mas pelo êxito da sua própria candidatura a deputado federal. Concorrendo a deputado federal com o apoio de Canella, Tony Rueda, como é apresentado aos eleitores de Belford Roxo, assistiu a sua cruzada eleitoral ficar em risco com a prisão do seu maior cabo eleitoral. Além de voltar à campanha para eleger o presidente do seu partido, Canella pretende manter a sua candidatura ao Senado. A judicialização da política já não assusta o eleitor, afinal o principal líder da direita está em prisão domiciliar e o atual presidente ficou 580 dias preso em Curitiba.

Caso do Didê no Supremo

O Ministério Público do Estado do Rio vive um dilema com a prisão de Davi Perini Vermelho, o Didê, presidente do IRM - Instituto Rio Metrópole. Se avançarem nas investigações e cruzarem as relações do dirigente com um deputado federal de quem é muitíssimo próximo, o caso terá de subir para o Supremo Tribunal Federal (STF) e sair das mãos do MP.



Davi Perini Vermelho, o "Didê"

Quinto para o TRT

Estão abertas as inscrições para o processo seletivo destinado à formação da lista sêxtupla que preencherá a vaga da advocacia no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), por meio do Quinto Constitucional. O prazo para inscrição vai até o próximo dia 6 de agosto e todo o procedimento será realizado exclusivamente em ambiente digital.

Quinto do TJRJ

Já a vaga para a formação da lista sêxtupla para a vaga reservada para o quinto constitucional do Tribunal de Justiça do Estado do Rio (TJRJ), ainda não tem data para o anúncio neste semestre, mas já há vários candidatos querendo ser chamados de desembargadores.

Nas mãos de Salomão

Só após a posse do ministro Luis Felipe Salomão como presidente do Superior Tribunal Justiça, na segunda quinzena de agosto, é que será debatido o preenchimento da vaga de ministro destinada aos tribunais estaduais. A palavra final será do novo presidente, principalmente se tiver candidatos do Rio. A vaga foi aberta com a aposentadoria do carioca Antônio Saldanha Palheiros.

Serra ficando pelada

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Serrana – CIS-Serra, o Pregoeiro do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região Serrana – CimSerra e o Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região Serrana – CimSerra estão na mira do Ministério Público pelo não cumprimento de decisão judicial. A irritação da justiça com esses personagens já passou do limite do bom senso.

Davi x Golias - I

A Folha de São Paulo apontou que a Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) gastou entre R\$ 28,1 mil e R\$ 33,2 mil para impulsionar conteúdo defendendo o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), por travar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que proíbe a escala 6x1 (de seis dias de trabalho para um de folga) e adiar a votação que o governo tentava acelerar.

Davi x Golias - II

Foram 19 publicações no Instagram e Facebook favoráveis ao senador, que entrou em conflito com o governo Lula e o PT por segurar a PEC, criticada pelos empresários. As postagens divulgaram discursos de Alcolumbre, afirmaram que o povo estava com ele nessa decisão e defenderam que era preciso impedir uma tramitação acelerada para permitir um “debate amplo”, que mostre os impactos para o país. Uma briga de Davi e Golias. O Governo Federal gastou a bagatela de R\$ 120 milhões em uma campanha publicitária para pressionar o Congresso.

Aterro na mira - I

Na última quarta-feira, 08/07, no plenário do Tribunal de Contas do Município do Rio, o conselheiro Nestor Rocha informou aos colegas que na próxima sessão apresentará voto propondo a instalação de inspeção extraordinária na Cyclus Ambiental.

Aterro na mira - II

Segundo o conselheiro, as denúncias que recebeu trazem indicativos que existem problemas no transporte desse chorume e no tratamento indevido que segundo a denúncia está sendo despejado in natura na Baía de Guanabara. O processo com a denúncia já estava em diligência mas agora, com a ocorrências dos vazamentos na própria estação da Cyclus em Seropédica e como a empresa tem uma concessão do Município do Rio, vai ampliar a atuação do TCMRio com uma inspeção extraordinária em todas as instalações e no processo de transporte destes dejetos.



PEC relatada por Irajá tem impacto de R\$ 30 bilhões em dez anos

A uma semana do recesso, pauta-bomba pode ser votada

PEC de aposentadoria para agentes de saúde tem impacto de R\$ 30 bi

Por **Gabriela Gallo**

Na última semana antes do recesso parlamentar, que durará de 18 de julho até 31 de julho, a tendência é a semana ser esvaziada e sem grandes votações no Congresso Nacional. Mas poderá haver uma exceção espinhosa para o governo: a votação da Proposta de Emenda à Constituição que cria aposentadoria diferenciada para os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias (PEC 14/2021).

Nesta terça-feira (14) será realizada a quinta e última sessão obrigatória da discussão do tema, o que permite que a proposta seja votada em primeiro turno no mesmo dia ou nesta quarta-feira (15) no plenário do Senado Federal.

Relatado pelo senador Irajá (PSD-TO), o texto determina a redução da idade mínima para aposentadoria desses profissionais de 63 anos para 57 anos no caso de mulheres e de 65 anos para 60 anos no caso dos homens. Se aprovada a medida, a aposentadoria é possível desde que os interessados comprovem 25 anos de contribuição e de efetivo exercício na atividade profissional. Vale destacar que a regra também vale para

agentes comunitários indígenas tanto de saúde quanto de saneamento.

A proposta é uma das “pautas-bomba” que estão em andamento no Congresso Nacional. Isso porque, de acordo com nota técnica do Ministério da Previdência Social, a proposta pode resultar em um impacto fiscal de R\$ 30 bilhões em dez anos para os regimes de aposentadoria. A PEC foi aprovada na Câmara dos Deputados em outubro do ano passado. Por se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição – que, se aprovada, alterará a Constituição – ela não precisa ser sancionada pelo presidente da República. A promulgação cabe ao Congresso Nacional.

Apesar dos projetos de maior interesse do governo não estarem na mira das análises e discussões na última semana antes do recesso, nesta terça-feira (14) o plenário da Câmara pode analisar uma série de projetos. Dentre eles, o que regulamenta o uso de sistemas de reconhecimento facial e identificação biométrica, estabelecendo limites e intervenção humana (PL 1828/23), estabelecendo limites e intervenção humana (PL 1828/23). A medida visa modernizar e integrar os sistemas e câmeras.